

Festival Política

20 A 22 ABRIL 2017 CINEMA SÃO JORGE

Abril em
Lisboa



Foto das primeiras eleições pós-25 de Abril. Arquivo Diário de Notícias. Montagem Jorge Matos

A abstenção é o elefante no meio da sala do debate político de um país repleto de eleitores desinteressados e de políticos assustados com o pulsar da opinião pública.

Porquê mais um festival?

Nesta iniciativa que nasce a partir da sociedade civil, pretendemos, através de debates, workshops, filmes, arte, actividades para crianças e de uma campanha de publicidade trazer o tema para a discussão pública. → p. 2

Você é político ou idiota?

Gostaria de viver sujeito a polícias políticas, controlo da informação, escutas, torturas, exílios e execuções extrajudiciais? Então vote. → p. 3

Porquê Aristides de Sousa Mendes?

Setenta e sete anos depois das assinaturas dos vistos, a história do grande herói português tem mais importância que nunca. → p. 6

Porquê mais um festival?

Há uma frase repetida em todas as noites eleitorais. Perante os números da abstenção, os políticos garantem que vão reflectir sobre o que leva uma parte significativa dos portugueses a afastarem-se da participação da vida pública. Nas legislativas de 2015 a abstenção registou 44,1 por cento, nas autárquicas de 2013 foi atingido o valor mais elevado de sempre (47,4 por cento), e nas últimas regionais e presidenciais mais de metade dos eleitores não foi às urnas. Para o Parlamento Europeu, há três anos, apenas um terço dos eleitores votou. Estes números reflectem a apatia cívica nacional, e a consequente debilidade democrática do país – sem participação e envolvimento cívico a democracia é um mero formalismo. Portugal precisa de mais veículos e ferramentas de coesão, expressão e defesa dos interesses de todos os cidadãos, consolidados por uma sociedade civil forte que contribuirá, inevitavelmente, para influenciar a qualidade da democracia em que vivemos.

A primeira edição do Festival Política, que decorre dias antes do 25 de Abril, só poderia ter como tema transversal a Abstenção. É o elefante no meio da sala do debate político de um país repleto de eleitores desinteressados e políticos assustados com o pulsar da opinião pública. Nesta iniciativa que nasce a partir da sociedade civil, pretendemos, através de debates, workshops, filmes, arte, actividades para crianças e de uma campanha de publicidade trazer o tema para a discussão pública. Iremos ainda recolher online, através do site www.festivalpolitica.pt, ideias exequíveis para combater a abstenção. Estas propostas, a par das principais conclusões dos debates, serão entregues aos grupos parlamentares e partidos portugueses. Contamos consigo. Todas as opiniões e votos contam. E lembre-se que quem não participa nunca tem razão.

A pergunta é colocada pelo filósofo brasileiro Mário Cortella, esclarecendo que os gregos antigos tinham uma palavra para quem se recusava a tratar da vida da comunidade, que cuidava só do próprio umbigo, que acreditava na regra da vida “cada um por si, e Deus por todos”. A palavra em grego para isso era “*idiotes*”. Por oposição, os “*politikos*” – que significa cívico – eram aqueles que seguiam a regra “um

por todos e todos por um”, que colocavam o bem comum acima dos seus interesses. Actualmente, a conotação atribuída a cada um dos conceitos mudou radicalmente, e, ao contrário dos antigos gregos, muitos consideram que cidadania e política são campos diferentes. Enganam-se. Política e cidadania significam a mesma coisa.

“Você é político ou idiota?”

1. ALGUMAS RAZÕES PARA NÃO SER IDIOTES

1. Ao não exercer o seu direito de voto pode, um dia, vir a perdê-lo;
2. Gostaria de viver sujeito a políticas políticas, controlo da informação, escutas, torturas, exílios e execuções extrajudiciais? Então vote;
3. A abstenção tem como moeda de troca a permanência dos políticos e políticas que repudia;
4. Ao não votar está a transferir para os outros o poder de tomar decisões por si. Se não votar pelos seus interesses, quem o fará?
5. “Tributação sem representação é tirania.” – James Otis;
6. O silêncio implica consentimento. Está satisfeita/o com o rumo que o país tomou, nomeadamente com o estado económico-social de Portugal?
7. Ao votar está a lutar pelos direitos daqueles que não têm acesso, ou este é limitado, a serviços de saúde, justiça ou educação.
8. O direito de voto universal em Portugal só foi decretado em 1974. Vai desperdiçar esse privilégio outrora vedado aos seus compatriotas?
9. “Entre um governo que faz o mal e o povo que o consente, há uma certa cumplicidade vergonhosa.” – Victor Hugo

➤ **Gostaria de conhecer formas de participação cívica, e de influenciar a sua comunidade e o país? Não perca os workshops do festival dirigidos a crianças e adultos, no dia 22 de Abril, no cinema São Jorge.**

2. USE AS FERRAMENTAS

“A participação directa e activa de homens e mulheres na vida política constitui condição e instrumento fundamental de consolidação do sistema democrático”

Artigo 109.º da Constituição Portuguesa:
Participação política dos cidadãos

Todos temos o direito de contactar os nossos deputados e eurodeputados sobre as questões que nos interessam e afectam. Podemos fazê-lo através de carta ou e-mail, telefonar ou até tentar marcar reuniões. O site da Assembleia da República tem um “Espaço Cidadão” com informações sobre como contactar deputados, grupos parlamentares e diversas comissões.

➔ www.parlamento.pt/EspacoCidadao

Bruxelas pode parecer estar longe do dia-a-dia, mas cerca de 50 por cento das leis em Portugal são feitas nas instituições europeias. Os eurodeputados são directamente eleitos para representar os cidadãos e é sua responsabilidade ouvir-nos. Na página portuguesa do Parlamento Europeu temos

toda a informação sobre como contactar eurodeputados por e-mail, telefone, carta, e pelas redes sociais Twitter e Facebook. Mas também pode marcar uma reunião em Bruxelas ou em Portugal, já que a maioria dos eurodeputados volta ao país às sextas.

➔ www.parleurop.pt

Com a internet todos podemos comunicar directamente com milhares de pessoas a nível nacional e internacional, reunir informação e seguir processos políticos mais facilmente. Mas também pode ser uma plataforma útil para a cidadania, pois podemos difundir notícias sem ter que depender dos media tradicionais, ou podemos criar o nossos projectos de jornalismo de cidadão (como é o caso do É Apenas Fumaça-podcast), por exemplo, bem como participar em discussões directas com políticos por e-mail, Twitter ou Facebook. Pode também escrever artigos de opinião para jornais e contactar o jornal local.

3. JUNTE-SE AO MOVIMENTO

A melhor forma de conseguir mudança política é juntar-se a outras pessoas. Por todo o país existem grupos que organizam campanhas por várias causas e que trabalham com movimentos internacionais.

São grupos que organizam manifestações, eventos e produzem recursos para a educação e difusão de políticas alternativas. Se queremos uma política que respeite os direitos humanos e que ponha a sociedade e o ambiente acima dos interesses das grandes indústrias, temos que nos mobilizar e exercer todos o nosso direito à participação política.

➤ **Texto de Sarah Reader, membro do Corporate Europe Observatory, organização que expõe o poder das grandes empresas sobre as decisões políticas da União Europeia. Quer saber mais sobre participação cívica? Veja o programa de workshops e o debate promovido pelo É Apenas Fumaça, no dia 22 de Abril**

4. E SE FOSSE OBRIGATÓRIO VOTAR?

É na América Latina que esta prática é mais visível. México, Costa Rica, Honduras, República Dominicana, Equador, Peru, Bolívia, Argentina, Uruguai, Brasil e Paraguai adoptaram o voto obrigatório, tal como a Bélgica, Luxemburgo, Grécia, Austrália, Egipto, Singapura, Tailândia, República Democrática do Congo, Líbano e Nauru, uma ilha no Pacífico. Outros países aboliram a obrigatoriedade, como a Áus-

tria, Chile, Holanda e Portugal (em 1933).

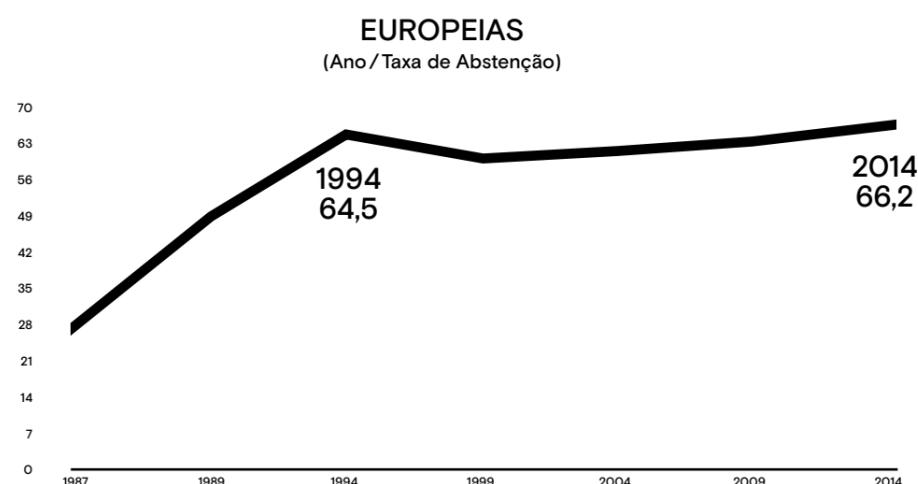
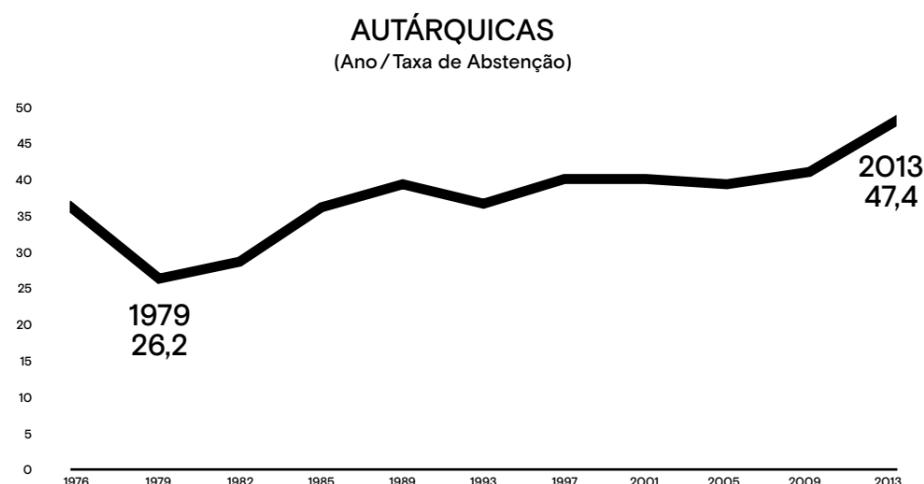
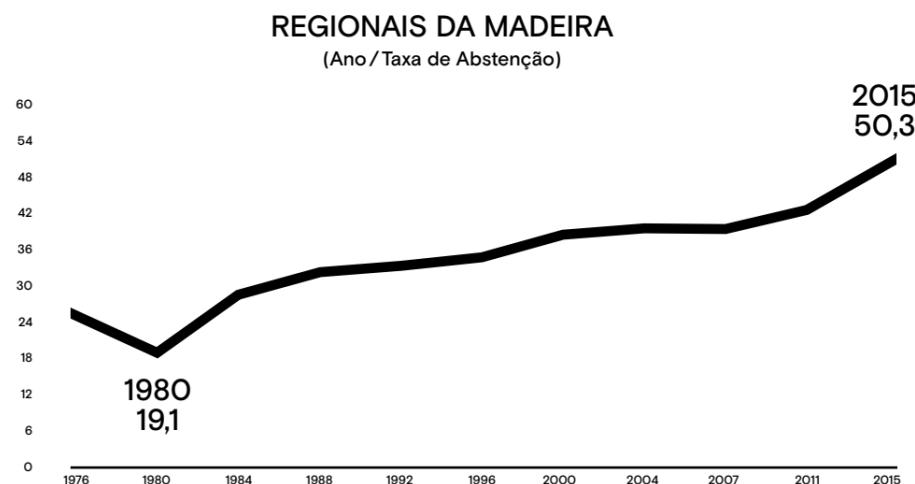
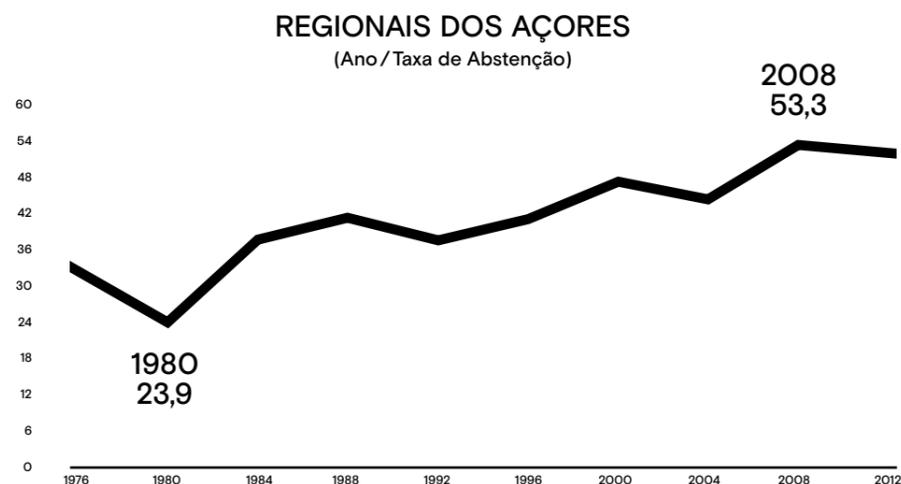
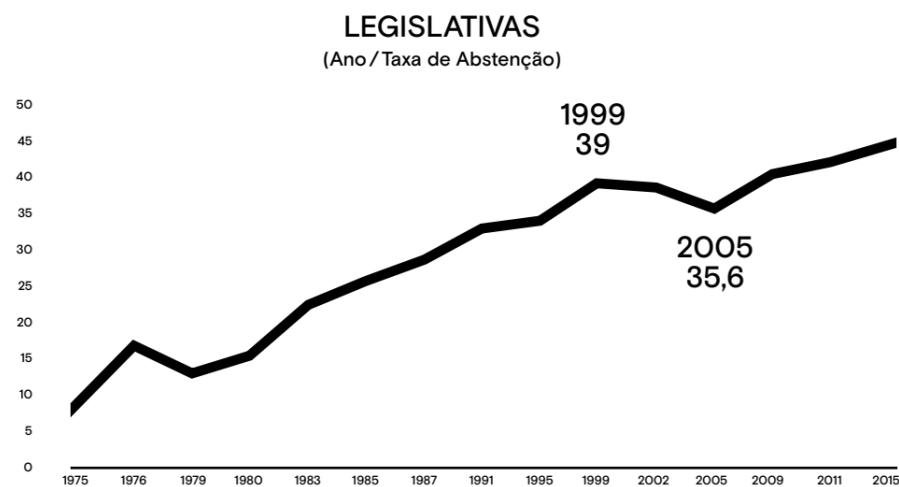
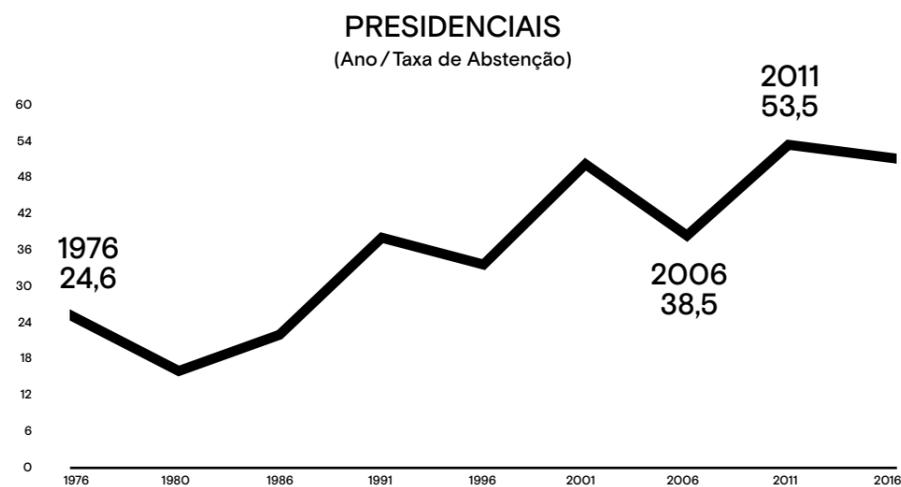
No caso brasileiro, a actual Constituição brasileira manteve a tradição do voto obrigatório iniciada com o Código Eleitoral de 1932. Quem se abstenha tem de justificar a ausência perante o juiz eleitoral da zona de inscrição, caso contrário, tem de pagar uma multa. Quem se mantenha numa situação irregular, isto é, quem não apresente uma justificação não pode concorrer a um cargo na função pública, aceder a empréstimos por parte do Estado, obter passaporte ou cartão de cidadão ou receber um salário, caso seja funcionário público.

Sendo o voto um direito, deve ser, em simultâneo, um dever? O voto obrigatório aumenta a participação dos cidadãos na vida política? O crescimento da abstenção é sinal de que é preciso criar mecanismos que levem um maior número de eleitores para as urnas de voto? Ou o voto facultativo melhora a qualidade do acto eleitoral pela participação de eleitores, na sua maioria, conscientes e motivados? Não será antes o voto facultativo a aplicação plena de um direito e da liberdade de expressão?

➤ **Quer saber mais sobre o caso brasileiro? Participe na conversa “O voto obrigatório é solução? O caso brasileiro”, dia 21 de Abril, às 19h30**

**Nas últimas
eleições
regionais
e presidenciais
mais de
metade
dos eleitores
não foi
às urnas.**

O CRESCIMENTO GALOPANTE DA ABSTENÇÃO EM PORTUGAL



Fontes / Entidades: SGMAI, PORDATA

O tema da abstenção desperta-lhe atenção?
Não perca o debate sobre Abstenção no dia 21 de Abril, às 17.30h, no cinema São Jorge.

A EVOLUÇÃO DO DIREITO AO VOTO EM PORTUGAL

1821

Eleições à primeira Assembleia Constituinte, após a Revolução Liberal do Porto, por sufrágio indirecto e universal. Os cidadãos elegeram os compromissários (11 de Dezembro) que elegeram os eleitores (14 de Dezembro) que elegeram os deputados à Constituinte (24 de Dezembro).

1826

Outorgação da Carta Constitucional por D. Pedro IV que vem impôr restrições ao voto. Além de indirecto, passa a ser censitário.

1851

Início da Regeneração. Acordo entre dois partidos, o Histórico e o Regenerador, que cria o Rotativismo.

1852

Acto adicional à Carta de 1826 institui a eleição directa.

1911

Eleições à Assembleia Constituinte após a instauração da República. Só podem votar chefes de família alfabetizadas. Primeiro voto de uma mulher: Carolina Beatriz Ângelo. O episódio leva a que seja consagrada na Constituição o género do eleitor (masculino).

1918

Plebiscito para a primeira eleição directa para a Presidência da República (Sidónio Pais).

1933

Plebiscito para a aprovação da Constituição do Estado Novo. Os votos em branco são contabilizados como votos a favor. Permitido o voto feminino, com restrições.

1934

Primeira eleição para a Assembleia Nacional de 90 membros, dos quais três são mulheres.

1958

Eleições presidenciais entre Américo Thomaz e Humberto Delgado, que leva a candidatura até às urnas. No ano seguinte, uma revisão da Constituição substitui a eleição directa do Presidente da República por um colégio eleitoral.

1968

Nova alteração nos critérios para votar. Apenas os analfabetos ficam impedidos de aceder ao direito de voto.

1975

Primeiras eleições pós-25 de Abril à Assembleia Constituinte. Sufrágio directo e universal para portugueses maiores de 18 anos.

1976

Primeiras eleições directas e democráticas para a Presidência da República. Eleições autárquicas.

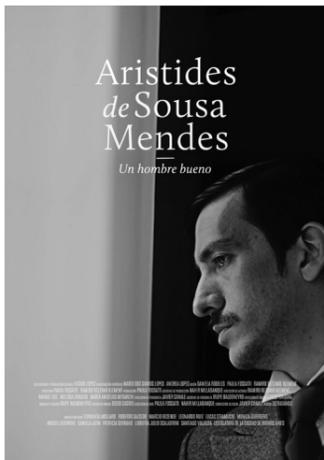
1989

Primeiras eleições para o Parlamento Europeu. Nas eleições para o Parlamento Europeu podem votar todos os cidadãos da União Europeia residentes em Portugal.

1998

Primeiros referendos: interrupção voluntária da gravidez (Junho) e regionalização (Novembro).

Porquê Aristides de Sousa Mendes?



Venho da Argentina que proclama, em fóruns internacionais, a ausência no seu território de problemas relacionados com a raça ou a religião. No entanto, a maior comunidade judaica da América Latina sofreu dois ataques: um à Embaixada de Israel em 1992 e outro à Mutual Israelita em 1994, causando mais de 100 mortes e 600 feridos. Ao fim de 25 anos, não há responsáveis e o procurador Nisman que devia ter investigado apareceu “suicidado”.

Em Buenos Aires foi apresentado um livro escrito por um português, acompanhado por dirigentes da direita local, onde se elogiava a ditadura de Salazar e não se ouviu uma única palavra de repúdio por parte da Embaixada de Portugal. Por outro lado, as ditaduras de África expulsam milhares de pobres para a Europa, fomentando a xenofobia, somando à tragédia na Síria, Timo Soini na Finlândia, Frauke Perry na Alemanha, a francesa Le Pen, o FPO em Áustria, a Aurora Dourada na Grécia, Wilders na Holanda, Gábor Bona na Hungria, Ekesson na Dinamarca e Trump com o seu muro. Ninguém está isento de grupos racistas e tendências autoritárias...mas, o que tem tudo isto a ver com Aristides de Sousa Mendes?

Setenta e sete anos depois das assinaturas dos vistos, a história do grande herói português tem mais importância que nunca. Estamos aqui, é certo... Somos poucos, não temos poder, mesmo com os grandes meios de comunicação, continuamos longe de nossos governantes, mas somos sementes que darão fruto, não tenham dúvida. O mais valioso que temos é a “consciência” sobre qualquer dever. Precisamos de mais gente disposta a dizer “não” com a mesma “consciência” que teve Aristides naquelas sete noites de 1940 quando decidiu desobedecer à circular 14 e actuar como os grandes humanistas da História. Sousa Mendes decidiu nessa semana que o seu nome ficaria para sempre associado ao de um homem de bem, e jamais ao dos assassinos e dos seus cúmplices.

⌚ Texto de Victor Lopes, realizador de “Aristides de Sousa Mendes – Un hombre bueno”, que estará no São Jorge a 22 de Abril para apresentar o filme

um poema tenrinho pode ser
quando tu morreres vou tirar a carta
ou
o mosteiro dos pulmões ataca uma
barriga sem grades
e nasce uma quantidade razoável de
imagens

indo da agulha de cintilo
aos dentes de um morcego beija-mão.
mas pode ser escrever chamar otários
sabrões
zarpos
garôlos
altos comissários
nas paredes para as ruas
das garagens-oficina nova era
automóvel.

mas pode ser amor drógado
síque
não presta.
mas pode ser tão difícil.
mas pode ser
liga à tua antiga madrinha-de-guerra
vai ter com ela saca-a ao marido
mexe com esta merda
pá.

*in Nova Asmática
Portuguesa
Nuno Moura*

⌚ Gosta de poesia de intervenção? Não perca a performance do poeta e editor Nuno Moura, no dia 20 de Abril, das 18h30h às 19.30h, na Rua Garrett (Chiado).

O Festival Política não quer deixar ninguém de fora da discussão. Por isso, contamos com tradução simultânea nos debates, workshops e legendagem em português em todos os filmes. Tal só é possível graças ao apoio da Comissão Nacional de Eleições (CNE)

5x25



Fotos de Miguel Manso (Público), Carlos Teixeira (Olhares Sapo), João Tuna e Brandia Central

Foi no dia 25 de Abril de 1975 que o sufrágio português ganhou outra dimensão. As pessoas consideravam que fazia sentido participar. Passado um ano da Revolução, nas primeiras eleições livres da democracia moderna do país, dos 6,2 milhões de eleitores recenseados, praticamente 92 por cento votaram. Nunca mais houve uma participação tão elevada. Hoje deparamo-nos com o torpor, com o desinteresse, com a abstenção e a falta de participação da sociedade em muitos aspectos da polis. Assim, a dimensão artística do Festival Política passa pelo tema central: a abstenção. Convidamos cinco autores a conceber cada um, uma peça se-

gráfica com edição de 25 exemplares e prova de autor, sobre a abstenção na vida política portuguesa. As obras terão o formato de 50x70, impressas a duas cores, recriando o espírito de cartaz de intervenção. As peças estarão disponíveis para venda ao público no Cinema São Jorge, na tarde do dia 22 de Abril. Procurámos artistas que tivessem abordagens diferentes, políticas ou não políticas. Assim, Alberto Faria, André da Loba, Carolina Maria, ± (Miguel Januário) e Sara Maia aceitaram o convite para este projecto, onde 25 destas peças serão impressas no local do evento, assumindo esta exposição uma contagem, de 0 a 25, criando um momento performático.

abril
2017

Programação

20 QUINTA-FEIRA

18H30 Poesia Política na Rua Garrett

Por Nuno Moura / Editora Douda
Correria

Numa acção complementar ao programa do Festival, Nuno Moura declamará poesia política ao público que circule na Rua Garrett, relembrando a força das palavras.

21 SEXTA-FEIRA

#politicadebates

17H30 Como combater a Abstenção*

Debate (60'), sala 2

Académicos, cidadãos e artistas analisam os dados da abstenção em Portugal e propõem caminhos para colocar o tema na agenda política.

Moderador: Fernando Alvim.
Participantes: Tiago Fernandes (professor auxiliar do Departamento de Estudos Políticos da FCSH), Marina Costa Lobo (investigadora principal do Instituto de Ciências Sociais), Hélio Morais (músico co-fundador dos Linda Martini e dos PAUS) e Maria Flor Pedrosa (editora de política da Antena 1).

18H Ressurgentes

De Dácia Ibiapina (Brasil, 2015)
Filme (75'), Sala 3
Estreia Nacional

O filme acompanha os movimentos sociais de Brasília entre 2005 e 2013: Movimento Passe Livre (por um transporte gratuito e de qualidade), Fora Arruda e Máfia (contra o governador José Arruda) e Santuário Não se Move (contra a criação de um bairro em território indígena).

18H30 Cara a Cara com deputados*

Piso 1

Encontro entre os cidadãos e deputados representantes de todas as bancadas parlamentares. Durante cinco minutos, os participantes inscritos conversam com cada um dos sete deputados.

Participam Sérgio Azevedo (PSD), Rita Rato (PCP), Heloísa Apolónia (PEV), Mariana Mortágua (Bloco de Esquerda), André Silva (PAN), Isabel Moreira (PS) e Ana Rita Bessa (CDS-PP). Inscrição via festivalpolitica@gmail.com. Limitado a 12 pessoas por deputado.

19H30 O voto obrigatório é uma solução? O caso brasileiro*

Conversa (60'), Sala 2

A participação dos cidadãos na política e a questão do voto obrigatório, tendo como pano de fundo a sociedade brasileira.

Participantes: Jair Rattner (jornalista) e Luanda Cozetti (cantora dos Couple Coffee)

#politicafilmes

21H15 Techo y Comida

De Juan Miguel de Castillo (Espanha, 2015)
Filme (93'), Sala 3
Estreia Nacional

Uma mãe solteira e desempregada apenas tem dinheiro para comer. Com medo de perder a tutela maternal do pequeno Adrián, de 8 anos, tenta levar uma vida normal. Até que o dono da casa onde vive, perante a falta de pagamento da renda, quer avançar com uma acção de despejo. Filme premiado em vários festivais de cinema espanhóis. A actriz principal, Natalia de Molina, venceu o Goya de melhor actriz.

Apoio: Instituto Cervantes

22 SÁBADO

#politicakids

10H-11H30 Como se faz uma bandeira*

Atelier Infantil, Sala 2

Conhecer os símbolos nacionais, a bandeira e o hino, a sua história e significados, são os principais objectivos desta oficina que pretende motivar uma reflexão em torno da identidade nacional e, em simultâneo, da identidade pessoal.

Atelier dinamizado pelo Serviço Educativo do Museu da Presidência da República. Grupo-alvo: 6 a 12 anos; máximo 25 crianças Inscrição via festivalpolitica@gmail.com.

12H15-13H Nha Casa, Nha Bairro (como se constrói o futuro)

Espectáculo de Teatro Infantil (40'), Sala 2, m/4

Esta peça é o resultado de um conjunto de improvisações feitas por crianças de territórios sensíveis do concelho de Loures e crianças de lugares que dizemos mais seguros. Juntas responderam ao desafio "qual é o teu lugar mais bonito?".

Produção: Teatro Ibisco

#politicaartes

15H-19H Abstenção De 0 a 25

Curadoria Jorge Matos / Zurrumurruru
Iniciativa Artística, Foyer

Cinco autores vão conceber, cada um, uma peça serigráfica sobre o impacto da abstenção na vida política portuguesa. Estas peças serão impressas e vendidas no local.

Participam André da Loba, Carolina Maria, Miguel Januário, Sara Maia e Alberto Faria.

#politicadirecta

15H Civic Tech: Como juntar pessoas à volta da infor- mação pública*

Por Ana Isabel Carvalho e Ricardo Lafuente
Workshop (45'), Sala 2

O termo "civic tech" tem tido um grande foco nos últimos anos, descrevendo esforços da sociedade civil de apontar questões sociais e delinear soluções para elas, de forma aberta e colaborativa. Os encontros "Date With Data" no Porto têm sido um exemplo de espaço cívico para desenvolver em conjunto essas soluções e que pela primeira vez se realizam em Lisboa.

16H A importância da transparência: como aceder à in- formação pública*

Por Bárbara Rosa
Workshop (45'), Sala 2

Qual é a relação entre transparência governativa e qualidade de vida dos cidadãos? O que é que cada um de nós pode fazer para transformar a cultura do segredo em cultura do acesso? Estas perguntas vão guiar uma apresentação que pretende converter os cidadãos em actores desta democracia que está cansada dos meros espectadores.

16H30- 20H Mini-Hackathon*

Foyer

A mini-hackathon seguirá o modelo dos encontros "Date With Data", onde se valorizam as mãos na massa, o uso de fontes públicas de informação e a partilha de conhecimentos. Sempre com boa disposição e vontade de fazer coisas interessantes com outras pessoas. A ênfase do evento será prática, mas não é preciso qualquer especialização técnica para participar -- apenas vontade e um computador portátil, nós tratamos do resto.

Coordenação: Ana Isabel Carvalho e Ricardo Lafuente Limitado a 20 participantes. Inscrição via festivalpolitica@gmail.com

17H Democracia adicta – os vícios da governação*

Por João Paulo Batalha, presidente da TIAC – Transparência e Integridade, Associação Cívica Workshop (45'), Sala 2

"Em teoria, não existe diferença entre a teoria e a prática. Na prática, existe!". Esta velha frase anónima é a diferença entre a democracia que queremos e a democracia que temos. Neste workshop, o presidente da Transparência e Integridade, Associação Cívica, João Paulo Batalha, vai falar dos pecados de ação dos eleitos e dos pecados de omissão dos eleitores. A temida palavra C – corrupção – não é o tema central mas, tal como o outro, vai andar por aí.

#politicadebates

18H Qual é o papel do jornalismo independente na democracia?*

Debate, Sala 2

O que é que os media mainstream não nos contam? Vamos juntar na mesma mesa quatro projetos de jornalismo independente, para analisar o papel do jornalismo na construção da democracia.

Curadoria: É Apenas Fumaça. Participam: Pedro Santos (É Apenas Fumaça), Carla Fernandes (Rádio AfroLis), Diogo Cardoso (Divergente) e Guilherme Luz (Jornal Mapa)

#politicafilmes

15H30 Democracia – na onda dos dados

De Daniel Bernet (Alemanha 2015)
Filme (100'), Sala 3

Um documentário surpreendente sobre o processo legislativo a nível da União Europeia. Uma história fascinante e explosiva sobre um grupo de políticos que tentam proteger a sociedade digital dos perigos dos megadados e da vigilância maciça. Jan Philipp Albrecht e Viviane Reding tentam o que parece ser impossível e enfrentam um aparelho político duro, dominado pelas intrigas.

17H30 Aristides de Sousa Mendes – un hombre bueno

De Victor Lopes (Argentina, 2017)
+ conversa com realizador*
Filme (30'), Sala 3
Estreia Europeia

Na tela conta-se a história de sete dias na vida do cônsul português na cidade francesa de Bordéus que, entre 16 e 23 de Junho de 1940, assinou cerca de 30 mil vistos que permitiram a muitas famílias de origem judia abandonar França tomada pelos nazis. Os salvo-condutos abriram a porta à entrada em Portugal e, para muitos, a viagem até ao outro lado do Atlântico.

* Acções com tradução simultânea para linguagem gestual com o apoio da CNE (Comissão Nacional de Eleições)

Todas as actividades são gratuitas, limitadas à capacidade do espaço e implicam levantamento de bilhete no local do evento

Todos os filmes têm legendagem em português

Produção



Media Partners



Parceiro



Apoios

